

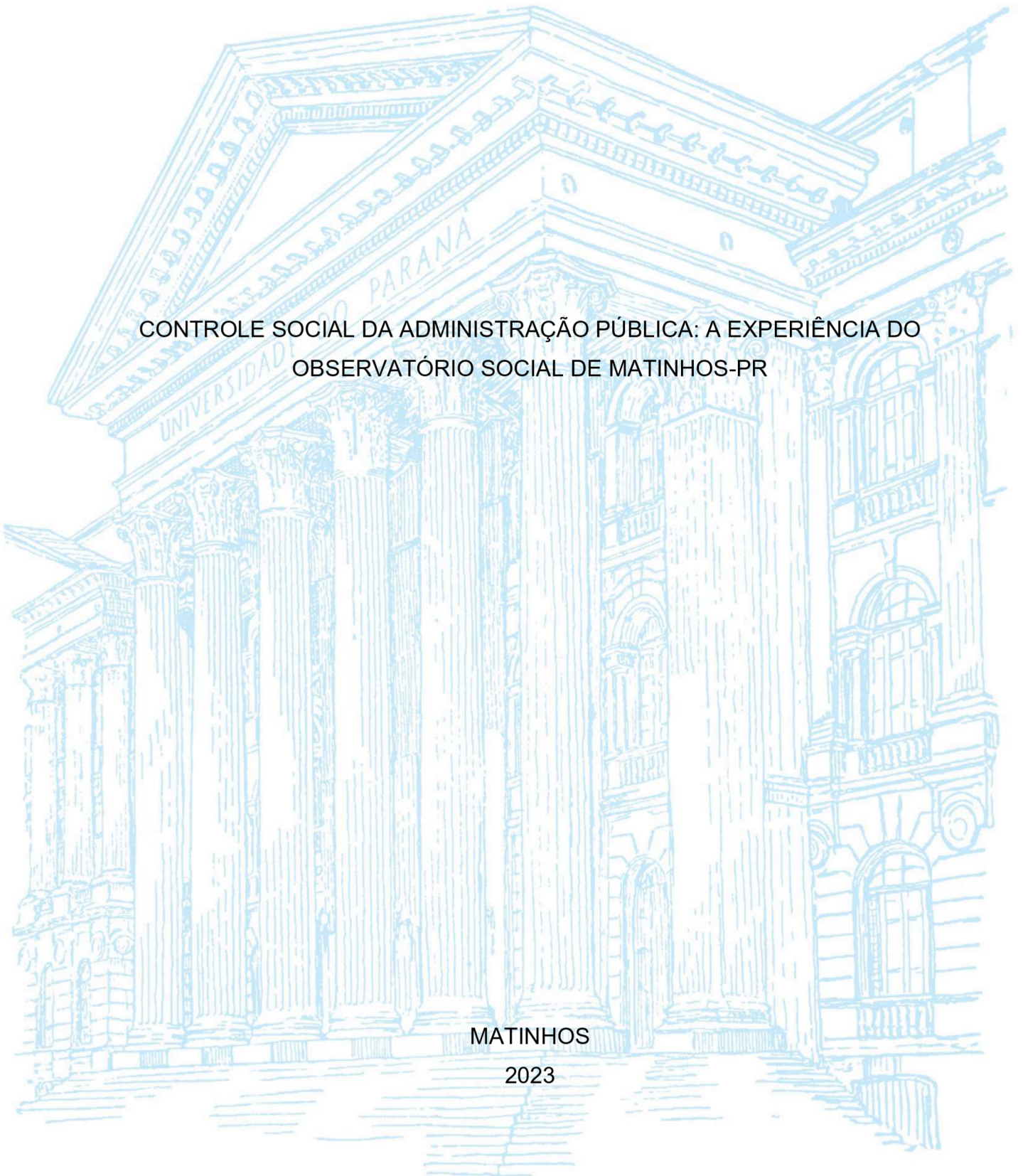
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FELIPE KAPPELLER DE ALMEIDA

CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DO
OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MATINHOS-PR

MATINHOS

2023





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
COORDENAÇÃO DA CÂMARA CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
RUA JAGUARIAÍVA, 512 - CAIOBÁ, - BAIRRO CAIOBÁ, MATINHOS/PR, CEP 83260-000
TELEFONE: (41) 3511-8345 - [HTTP://WWW.UFPR.BR/](http://www.ufpr.br/)

ATA DE REUNIÃO

ATA DE AVALIAÇÃO DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 30 dias do mês de novembro de 2023, às 19h00, via Google Meet, link: <https://meet.jit.si/bancatccFelipeKappeller> reuniu-se a Banca Avaliadora do Trabalho de Conclusão de Curso, constituída pela Prof^a. Dra. Daniela Resende Archanjo (UFPR), Prof^a. Dra. Elaine Cristina de Oliveira Menezes (UDESC), sob a presidência da orientadora Prof^a. Dra. Mariana Bettega Braunert (UFPR). O Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Administração Pública, do estudante Felipe Kappeller de Almeida, sob o título: "Controle social de administração pública: a experiência do Observatório Social de Matinhos-PR", foi **APROVADO** e obteve o conceito **AS**. O estudante deverá efetuar as correções solicitadas pela banca e entregar a versão final em formato digital para a orientadora e para a assessoria da Câmara do curso de Administração Pública, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado pela Câmara do Curso em 03/08/2021.

Prof^a. Dra. Mariana Bettega Braunert
Orientadora

Prof^a. Dra. Daniela Resende Archanjo
Membro da banca avaliadora

Prof^a. Dra. Elaine Cristina de Oliveira Menezes
Membro da banca avaliadora

Felipe Kappeller de Almeida
Acadêmico



Documento assinado eletronicamente por **MARIANA BETTEGA BRAUNERT, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/11/2023, às 20:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA RESENDE ARCHANJO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/11/2023, às 20:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Cristina de Oliveira Menezes, Usuário Externo**, em 30/11/2023, às 20:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE KAPPELLER DE ALMEIDA, Usuário Externo**, em 30/11/2023, às 20:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **6172171** e o código CRC **BCD6C89D**.

FELIPE KAPPELLER DE ALMEIDA

CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DO
OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MATINHOS-PR

Artigo apresentado ao curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em administração pública.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Mariana Bettega Braunert

MATINHOS

2023

RESUMO

O presente artigo faz uma análise do papel desempenhado pelo Observatório Social de Matinhos, sua importância e os principais desafios enfrentados na sua atuação. A pesquisa adotou uma abordagem exploratória e qualitativa, embasada em revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. Foram conduzidas três entrevistas com membros do OSB-MTS, utilizando um roteiro previamente elaborado para desenvolver uma conversa significativa. Realizadas entre julho e setembro de 2022, as entrevistas destacaram o impacto do Observatório no combate à corrupção e na otimização de licitações, exemplificadas por casos práticos, como também o papel fiscalizador do OSB-MTS, ressaltando que, por meio da transparência, a organização desempenha um papel crucial no monitoramento eficaz dos recursos municipais. A dedicação voluntária e a necessidade de ampliar a divulgação foram mencionadas como pontos importantes, assim como destacaram a limitação financeira como um desafio significativo.

Palavra-chave: Controle social; Observatório Social de Matinhos; Cidadania

1 INTRODUÇÃO

No exercício da função administrativa, a administração pública está sujeita a uma diversidade de controles, sejam exercidos por ela mesma (controle interno), pelos outros poderes (controle externo) ou pelo povo (controle social). Conforme Pietro (2022), o escopo do controle inclui não apenas as instituições do poder executivo, direto e indireto, mas também as de outros poderes quando exercem funções administrativa típicas, ou seja, abrange a administração pública no geral.

A finalidade do controle é a de assegurar que a Administração atue em consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, como os da legalidade, moralidade, finalidade pública, publicidade, motivação, impessoalidade; em determinadas circunstâncias, abrange também o controle chamado de mérito e que diz respeito aos aspectos discricionários da atuação administrativa. (PIETRO, 2022, p. 931).

Como destaca Nohara (2022), a administração pública se constituiu de forma objetiva com o Estado de Direito, a partir da separação dos poderes do Estado com base nos direitos e garantias proclamados.

O controle da administração pública é segmentado por regramentos de leis, manifestação da vontade do povo, único titular da coisa pública, como toda atividade nela envolvida para reflexo a defesa do interesse público (ALEXANDRINO; PAULO, 2019).

No entendimento de Alexandrino e Paulo (2019), pode-se conceituar que controle administrativo é o poder judiciário e legislativo junto com o povo, e por órgãos especializados sendo capaz de fiscalizar, orientar e revisar atuações administrativas de todas entidades e agentes públicos de todos os poderes e cargos.

A ideia aqui é que não vivemos em um Estado autoritário, mas sim em um Estado Democrático de Direito, em que o poder do Estado é limitado, por isso os governantes devem prestar contas aos administrados. Se não vivêssemos em um Estado de direito onde o poder dos governantes é limitado, eles poderiam fazer o que quisessem com o dinheiro público sem prestar contas, nesse caso não caberia falar em controle / fiscalização do uso do dinheiro público.

Assim sendo, na qualidade de mera gestora de coisa alheia, sem que dela possa dispor, deve a administração pública pautar a integridade de suas condutas pela mais ampla transparência, a fim de que o efetivo titular da coisa pública possa, a todo tempo, ter condições de verificar se esta – a coisa

pública – está realmente sendo gerida da forma mais adequada ao interesse público. (ALEXANDRINO, 2019, p. 985 - 986).

O controle da administração pública é classificado de diversas formas (quanto ao órgão, tipo de controle, momento em que é exercido, etc.). No que refere à origem do controle, ele pode ser interno, externo ou popular (ALEXANDRINO; PAULO, 2019).

De acordo com Alexandrino e Paulo (2019, p.987), define-se que controle interno é “aquele exercido dentro de um mesmo Poder, seja o exercido no âmbito hierárquico, seja o exercido por meio de órgãos especializados, sem relação de hierarquia com o órgão controlado, ou ainda o controle que a administração direta exerce sobre a administração indireta de um mesmo Poder”. Tudo que é gerenciado dentro de um órgão público é classificado como controle interno (ALEXANDRINO; PAULO, 2019).

O controle social é movido pelos cidadãos que tem a possibilidade de verificar regularidades, orientar e fiscalizar atuações do Poder, diversas normas que possibilitam diretamente e indiretamente verificar a atuação da administração pública, sejam elas por meio de órgãos institucionais ou por interesse público (ALEXANDRE; PAULO, 2019). Redação confusa. Se refere a controle social, quando antes classificou em “externo ou popular”. Acho estranho dizer que pode ser realizada “por meio de órgãos institucionais ou por interesse público”, visto que os órgãos institucionais devem perseguir a realização do interesse público. Seria por “provocação da sociedade”?

Segundo França (2016), os indivíduos devem exercer ativamente o controle social e a participação do cidadão que esteja disposto a fazer esse controle é primordial, pois a passividade abre brechas para abusos de poder e desvios de poder:

Destarte, o controle social da Administração desponta como a atividade proativa de quem é cidadão – participativo e ativo para o seu desenvolvimento individual e intersubjetivo. A situação passiva e inerte do cidadão diante da atividade estatal abre perigosas brechas para que aquele que detém o poder possa abusar deste. A operacionalização desse meio de controle da Administração é arma importante da luta contra o desvio do poder, da garantia do exercício do ideal de justiça no Estado onde vive e do almejado desenvolvimento socioeconômico dos participantes desse Estado. (FRANÇA, 2016, p. 151).

A partir da década de 1990 no Brasil foram ampliadas as formas de controle social, criando-se vários mecanismos de participação da sociedade civil, controle e fiscalização das ações dos governantes, que se expressa com o conceito de

accountability, traduzido como responsabilidade, controle, transparência e obrigação de prestação de contas (PINHO; SACRAMENTO, 2009).

Ocorreu com a Constituição Federal de 1988 uma ampliação e criação de instrumentos de controle social e *accountability* nas relações entre os Poderes e destes com a sociedade. Segundo Schommer, Nunes e Moraes (2012, p. 6)

Em paralelo aos avanços institucionalizados, iniciativas da própria sociedade fazem avançar o controle social, aquele exercido pelos cidadãos e suas organizações sobre os governantes, durante os mandatos, interagindo e acionando formas institucionalizadas de controle, como as que são exercidas pelo Judiciário, pelo Legislativo ou pelos órgãos de controle interno do aparato estatal.

Menezes et. al (2020, p. 2) destacam que “no Brasil a *accountability* social vem se instalando por meio de iniciativas da sociedade, que buscam transparência e responsabilização, aperfeiçoados com o apoio de novos dispositivos legais e institucionais, como a legislação relativa ao acesso à informação e transparência”.

O controle social já foi realizado diversas vezes em nosso País, a fim de evitar corrupções, controlar a administração pública e melhorar a aplicação de recursos públicos. Ator que vem desempenhando um papel importante nesse aspecto é o Sistema Observatório Social do Brasil (OSB), instituição não governamental e sem fins lucrativos que se iniciou por motivos de corrupção e comprometimento da gestão pública na cidade de Maringá/PR em 2006, iniciativa essa partida de pessoas físicas e jurídicas da cidade.

O Observatório Social do Brasil(OSB) constitui em um grupo jurídico que tem por objetivo a participação da gestão pública, sendo um órgão controlador e democrático, que é introduzido pelos cidadãos para que tenha transparência e melhor utilização dos recursos públicos.¹ Ele atua como pessoa jurídica e composto de cidadãos, professores, profissionais, estudantes e empresários locais que se voluntariam por essa causa de monitoramento da máquina pública e aprimoramento da gestão pública, conforme destaca Menezes (2020). O caminho para fazer parte dessa organização é se voluntariando ou participando de seleções que o OSB disponibiliza. Porventura não é permitido fazer parte do observatório funcionários públicos, associado de partidos políticos, empresas licitantes e familiares a esses

1 Disponível em: <https://osbrasil.org.br/o-que-e-o-observatorio-social-do-brasil-osb/>

relacionados². Propagador de técnicas e organização de controle, a entidade sem fins lucrativos tem como objetivos próprios:

“MISSÃO: Despertar o espírito de Cidadania Fiscal na sociedade organizada, tornando-a proativa, através do seu próprio Observatório Social, exercendo a vigilância social na sua comunidade, integrando o Sistema Observatório Social do Brasil.

VISÃO: Ser um sistema nacional propulsor do controle social para o aprimoramento da gestão pública e integridade empresarial.

VALORES: Apartidarismo; cidadania; comprometimento com a justiça social; atitude ética, técnica e proativa; ação preventiva e visão de longo prazo.

OBJETIVO: Fomentar e apoiar a consolidação do Sistema OSB de Controle Social, a partir da padronização dos procedimentos de monitoramento e controle da gestão pública, além da disseminação de ferramentas de educação fiscal e de inserção da micro e pequena empresa no rol de fornecedores das prefeituras municipais.

OBJETO DE ATUAÇÃO: As ações de educação para a cidadania fiscal e controle social focadas no presente serão objeto de atuação do OS, atuando preventivamente, em tempo real, contribuindo para a eficiência da gestão pública, por meio da vigilância social da execução orçamentária, em sinergia com os órgãos oficiais controladores”. (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL, 2023).

Assim vários municípios adotaram rede de observatórios espalhados pelo Brasil. O Observatório Social de Matinhos surgiu em 22/03/2016, por iniciativa de comerciantes e empresários da cidade³. Segundo o Estatuto Social do OSB de Matinhos (2016) o número de associados é ilimitado e eles são distribuídos nas seguintes categorias e hierarquia respectivamente: Associado fundador, Associado contribuinte, Associado efetivo, Associado institucional, Associado mantenedor, Associado profissional e Associado voluntário.⁴

“Art. 6 º- É associado fundador, pessoa física e ou jurídica presente na assembleia de constituição, ou que venha associar-se no prazo de (30) dias corridos, após a assembleia de constituição.

Art. 7º - E associado contribuinte, pessoa física ou pessoa jurídica que venha solicitar sua adesão e seja aprovado pelo Conselho de Administração.

Art. 8º - E associado efetivo, o associado contribuinte, pessoa física ou jurídica, que tenha participado das atividades do OSB-MTS, por prazo não inferior a um (01) ano, sem faltas ou sanções

2 Observatório Social do Brasil. Código de conduta. 2a edição.

3 OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL – MATINHOS – PR. Estatuto Social – Cap. I ART.1º. 22 mar. 2016.

4 OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL – MATINHOS – PR. Estatuto Social – Cap. III ART.5º. 22 mar. 2016.

administrativas e que tenha prestado relevantes serviços ao OSB-MTS, o qual poderá ser convidado pelo Conselho de Administração a compor a categoria.

Art. 9º - Na categoria de associado institucional podem ser incluídas todas as entidades do Terceiro Setor, universidades, faculdades e escolas técnicas, entidades de classe e Setor Governamental, que venham a formar parcerias ou trabalhos em conjunto, estando isentas do pagamento de anuidades,

Art. 10º - O associado mantenedor é pessoa jurídica que patrocina as atividades da associação, de forma constante ou periódica.

Art. 11º - O associado profissional é pessoa física, profissional de diversos segmentos que venha a trabalhar nos programas desenvolvidos pela entidade ou que venha manter interface com as atividades e objetivos da associação, e não pague anuidades.

Art. 12º - O associado voluntário é pessoa física que venha a participar das atividades de forma espontânea e estando isento do pagamento de anuidades

Art. 13º - Uma pessoa poderá pertencer a mais de uma categoria de associado". (ESTATUTO SOCIAL DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MATINHOS,2016).

De acordo com a última ata realizada pelo OSB-MTS (2022), o quadro de associados se encontrava em 14 membros, sendo eles divididos por Conselho Administrativo, Conselho Fiscal e Coordenadoria. Tendo cargos distribuídos como Presidente, Vice-presidente para assuntos Administrativo-financeiros, Vice-presidente para assuntos de Secretariado, Vice-presidente para assuntos de Produtos e Metodologia, por fim Vice-presidente para assuntos Institucionais e de Alianças, sendo assim formada a mesa do Conselho Administrativo. Para o Conselho Fiscal a mesa é composta por três (03) Membros Titular, e três (03) Membros Suplentes, já a Coordenadoria composta por dois (02) membros. Segundo um dos entrevistados nessa pesquisa os mesmos são recrutados de forma voluntaria, onde alguns participam de processo seletivo por parte do comitê, após essa seleção é feita entrevista e preenchimento de formulários onde passam por um período de avaliação. Após essas etapas de refinamento é feita então a adaptação e ensinamento dos mesmos, que realizam cursos de qualificação em plataformas online. Estudantes de faculdade ou de ensino técnico acabam também participando dessa associação onde se beneficiam de horas complementares e até mesmo estágio supervisionado, o que acaba sendo uma forma também do OSB atrair voluntários a participar.

Em entrevista, a coordenadora do OS destaca o processo de controle da gestão pública, que tem início no acompanhamento do portal de transparência do município, de onde é gerado todo processo licitatório, desde análise da publicação do edital até

a entrega do material ou serviço, como também análise de valores licitados e valores entregues ao município.

Nesse contexto, o objetivo geral do presente trabalho é descrever a atuação do Observatório Social do Brasil de Matinhos como instrumento de controle social da administração pública, buscando analisar as experiências, contribuição e ampliação de uma maior transparência para com os cidadãos. Como autor desse artigo tive a incrível oportunidade de estagiar e atuar como voluntário no OSB-MTS, onde contribuí em análise e verificação de todo o certame de uma licitação, tendo assim uma maior facilidade de acesso ao campo. Essa pesquisa tem a importante tarefa de trazer uma maior credibilidade e conhecimento aos OSB, estimulando os cidadãos em zelar pelo município, trazendo assim uma maior participação no controle social.

2 METODOLOGIA

O artigo apresentado consiste em uma pesquisa de natureza exploratória e qualitativa, sendo que as pesquisas exploratórias têm a função de explicar, alterar concepções e olhares, formulando impasses ou hipóteses a serem experimentados em pesquisas futuras (GIL; ANTONIO, 2019).

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre ele.

Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, torna-se necessário seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados. (GIL, 2019, p. 26).

No entendimento de Strauss e Corbin, (2008, p. 23) uma pesquisa qualitativa consiste em “qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação”. Sua utilização se deve as adversidades para conseguir conclusões quantitativas em determinados espaços, (GIL, 2021).

Essa pesquisa foi feita com base em bibliografias de livros e artigos científicos sobre o tema, e a realização de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas semiestruturadas são focadas em certo tema, onde é feito mais de um diálogo deixando de lado uma entrevista formal, tendo certa flexibilidade e rápido ajuste de possibilidades e mudanças das circunstâncias, simultaneamente seguindo um esboço para guiar durante tal entrevista (RICHARDSON; ROBERTO, 2017).

O guião da entrevista semiestruturada tem como finalidades: possibilitar a coleta de dados qualitativos comparáveis de confiança; e permitir compreender, de forma mais profunda, tópicos de interesse para o desenvolvimento de questões relevantes e significantes. Normalmente, a entrevista inicia-se com tópicos gerais, a que se seguem perguntas utilizando “O quê?”, “Por quê?”, “Quando?”, “Como?” e “Quem”, devendo a conversação decorrer de modo fluido. O entrevistador pode ter as perguntas previamente preparadas. No entanto, a maioria delas é gerada à medida que a entrevista vai decorrendo, permitindo, quer ao entrevistador, quer à pessoa entrevistada, a flexibilidade para aprofundar ou confirmar, se necessário. (RICHARDSON; ROBERTO, 2017, p. 222).

Foram realizadas três (03) entrevistas semiestruturadas com membros do OSB-MTS, sendo que antes dessas entrevistas foi elaborado um roteiro de perguntas preparadas para desenvolver uma certa conversação entre entrevistado(a) e entrevistador, e esse roteiro de perguntas foi baseado em aspectos fundamentais e de importância para que houvesse a melhor estruturação desse artigo. O contato com os entrevistados foi através de acesso ao campo, que foram realizados online, na sede do OSB-MTS e um dos entrevistados no local de trabalho próprio, e realizadas no mês de julho e setembro de 2022. Essas entrevistas foram feitas de acordo com a disponibilidade de cada membro, tendo uma duração em torno de 20 a 30 minutos, no qual foram gravados áudios e em seguida transcritos, assim obtendo um melhor conteúdo para análise e sustentação.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A supervisão dos recursos financeiros públicos por uma comunidade ativa e consciente da atuação de seus representantes políticos é essencial para fortalecer tanto a democracia quanto a cidadania. Quando cada cidadão tem a autonomia de expressar pontos de vista e monitorar os dispêndios públicos, ampliam-se as oportunidades de prevenir e combater desvios em prol de interesses pessoais dos

governantes, salvaguardando, assim, o bem-estar coletivo e fomentando o crescimento e desenvolvimento do país. (FIGUEIREDO; SANTOS, 2013).

O Observatório Social representa uma entidade não governamental constituída por colaboradores apartidários, sem qualquer ligação com a administração municipal. Sua tarefa inclui a supervisão da produção legislativa, a promoção da educação fiscal e o acompanhamento dos recursos públicos da cidade (PEREZ; NASSIF, 2017; RIGONI; PARRA, 2017). Os entrevistados demonstraram estarem atuantes e estão prestando um serviço para a sociedade de extrema importância, através do Observatório Social.

De acordo com a pesquisa de Zanetti, Bonzanini e Ferreira (2020), foram monitoradas ações feita pelo OS, onde a partir das contribuições de cada entrevistado se formulou o Quadro 1:

Quadro 1: Contribuições ao Observatório Social.

Contribuição	Ação
Acompanhamento, fiscalização e sugestões de melhorias	As sugestões são entregues para os gestores por meio de ofícios e são explanadas nas apresentações trimestrais. Também é realizado um acompanhamento dos políticos via portais, jornais e mídias sociais. Além disso, é incentivado aos voluntários a acompanhar o que os políticos estão fazendo.
Incentivo na participação de mais empresas em licitações	O incentivo ocorre através de cursos e na busca contínua de divulgação das licitações por outros meios de comunicação.
Divulgação dos atos públicos	As informações são transmitidas até a população por meio de palestras e das apresentações trimestrais exigidas a todos os observatórios. Essas apresentações são realizadas, por este observatório, na câmara de vereadores para que os órgãos públicos e a sociedade tenham conhecimento. Também é disponibilizado no portal do Observatório Social do Brasil na internet.
Mudança de percepção do gestor público e da população do trabalho dos observatórios	A percepção identificada é a grande curiosidade do que o observatório está fazendo ou pesquisando quando está presente em uma licitação. O observatório é atendido pelos órgãos públicos, como prevê a legislação.
Monitoramento de licitações e gastos públicos	O acompanhamento inicia quando é publicado o edital nos portais da Transparência dos órgãos públicos. Os voluntários do Observatório realizam um checklist e verificam o processo físico no órgão público. Esse checklist é desenvolvido pelo observatório para analisar se os certames estão cumprindo com o que foi designado no edital. Após o certame os voluntários participam da entrega dos produtos e confirmam o pagamento no portal da transparência. Em alguns editais é realizado um aprofundamento da pesquisa. Infelizmente não é realizado o acompanhamento de todas as licitações devido ao grande número de licitações que são realizadas e a falta de voluntários. Neste observatório é realizada, atualmente, a escolha aleatória das licitações para participar das aberturas e em algumas delas é acompanhado a entrega dos produtos.

Prevenção de atos inidôneos	Caso é encontrado algo inapropriado o primeiro procedimento é entrar em contato com o gestor público. Se houver retorno satisfatório é cumprida a missão dos Observatórios (refeito a licitação ou até o observatório ter argumentos que está sendo feito o correto). Mas se não houver retorno, o processo é informar aos órgãos públicos, tais como o Ministério Público Federal, Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas da União, para que eles tomem suas providências. Além de informar a sociedade nas apresentações quadrimestrais. Mesmo sem encontrar indícios de irregularidade não significa que não possa haver problemas ou que o processo não possa ser melhorado.
-----------------------------	---

Fonte: Autor (2023).

Nas entrevistas realizadas com membros do Observatório de Matinhos, indagamos aos entrevistados quais as atividades concretas que eles realizam no Observatório. Segundo o entrevistado 1 o principal trabalho é o acompanhamento do portal de transparência onde constam todas as informações dos processos licitatórios. A experiência de estágio, realizando o acompanhamento dos editais de licitação do município, permitiu ao autor do presente trabalho conhecer as ferramentas usadas pelo OSB-Matinhos para a realização do controle social sobre as contratações públicas. Feito através de um controle de checklist por meio de planilhas que são separados e analisados em partes, sendo respectivamente Informações do Processo Licitatório, Dados do certame, Procedimento Padrão da Rede e Procedimentos Complementar. O Quadro 2 apresenta como é o processo de análise do OBS-Matinhos sendo dividido em etapas.

Quadro 2: Etapas do processo de controle de gastos públicos - OSB-Matinhos.

ETAPA 1: INFORMAÇÕES DO PROCESSO LICITATÓRIO	<ul style="list-style-type: none"> -Nº PL -Nº do edital -Data de divulgação -Data certame -Horário -Modalidade -Tipo -Descrição -Valor máximo (R\$)
ETAPA 2: DADOS DO CERTAME	<ul style="list-style-type: none"> -Valor licitado (R\$) -Itens sem lance (R\$) -Redução (%) do valor máximo para valor licitado -Montante município (R\$) -Montante outros (R\$) -Nº de participantes no Certame -Nº de empresas vencedora

	<ul style="list-style-type: none"> -Nº de empresas locais -Nº de empresas de fora -Quantas eram ME? -Quantas eram EPP? -Quantos eram ONG? -Quantos M/G? -Nº empresas inabilitadas -Nome das empresas vencedoras -Observação
ETAPA 3: PROCEDIMENTO PADRÃO DA REDE	<ul style="list-style-type: none"> -Prefeitura - MANIFESTAÇÃO/IMPUGNAÇÃO -Prefeitura - CÓPIA DE OUTROS DOC. -Prefeitura - CÓPIAS DE PROCESSOS CÂMARA -MINISTÉRIO PÚBLICO
ETAPA 4: PROCEDIMENTO COMPLE- MENTAR	<ul style="list-style-type: none"> -TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ -CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO -GAECO -MANDADO DE SEGURANÇA

Fonte: Autor (2023). Elaborado pelo autor a partir do checklist do OSB-Matinhos

As análises dos editais de licitação e os procedimentos adotados pelo Observatório diante da contestação de eventuais faltas ou irregularidades visavam sempre ter uma melhor transparência e controle dos gastos públicos. Nesse sentido o entrevistado 2, colocou com muita ênfase o papel do Observatório no “acompanhamento” das licitações desde a fase inicial do processo até a entrega do material ou serviço. (Entrevistado nº 02, entrevista com membro do Observatório Social de Matinhos realizada em 28 de julho de 2022).

Zanetti, Banzanini e Ferreira (2020) apontam para a importância da transparência dos órgãos públicos. Reconhecem a transparência como mecanismo operacional do controle social, pois possibilita ao cidadão o acompanhamento e a análise dos atos praticados pelos administradores públicos. Nessa linha, Silva Filho (2017) argumenta que a falta de mecanismos que favoreçam o controle social, ou a ineficácia dos mecanismos disponíveis, provocam os desestímulos e a conformação dos cidadãos frente aos atos de improbidade praticados no âmbito da Administração Pública.

Dessa forma, para tornar efetivo o Controle Social, interpreta-se que os Municípios que apresentam baixo nível de transparência devem criar e aprimorar seus mecanismos de comunicação com a sociedade, ampliando as opções de participação social.

Perguntamos aos entrevistados também sobre como avaliam a importância do trabalho desenvolvido pelo Observatório. De acordo com o Entrevistado nº 02, a o trabalho no Observatório é fundamental para controlar os gastos da gestão, tanto no Legislativo quanto no Executivo gerando economia para o Município. (Entrevistado nº 02, entrevista com membro do Observatório Social de Matinhos realizada em 28 de julho de 2022).

Como nos relatou o entrevistado 3, o principal objetivo do Observatório está relacionado a monitorar o melhor uso do dinheiro público. Ou seja, o principal de todos é verificar como está sendo o uso do dinheiro público, se está sendo bem empregado e não está correndo desvios. Ele relatou a importância do trabalho do Observatório, que mudou o cenário político da cidade:

A importância foi muito grande, nós tivemos, assim, uma atuação muito forte, e eu digo de forma direta e indireta no quesito que eu vejo assim, de acabar com muitas situações do passado, do coronelismo que existia aqui, entram por longos anos de desvios, as pessoas sempre souberam, só que quando a gente fundou o Observatório nós conseguimos codificar isso (...) as pessoas podem até não saber, mas de forma indireta a gente que conseguiu mudar o cenário político da cidade (Entrevista nº 03 realizada com membro do Observatório Social de Matinhos em 02 de setembro de 2022).

O entrevistado 1 afirmou que o trabalho do Observatório é de extrema necessidade e que todo cidadão deveria fazer o trabalho que o Observatório faz, e que muitos não fazem por falta de interesse, ou até por falta de tempo. Segundo ele, o Observatório presta um serviço para a sociedade. (Entrevista nº 01 realizada com membro do Observatório Social de Matinhos em 27 de julho de 2022).

O estudo justifica-se na medida em que se reconhece a importância do controle social como complementar ao controle institucional, sendo um instrumento de fortalecimento da cidadania. Apesar, porém, dos avanços tanto do lado dos governos, ao se tornarem mais transparentes, quanto da sociedade na busca por informação e participação, o efetivo exercício do controle social não é usual e frequente, além de demandar contingente elevado com disposição para o trabalho voluntário com conhecimentos específicos, uma vez que a atuação do Estado envolve aspectos técnicos, a exemplo da terminologia própria da gestão pública: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), rubrica, operações de crédito, dívida ativa, dotação orçamentária, empenho, liquidação, restos a pagar, resultado primário e nominal, entre outros. (GOULART; JEFERSON, 2019, p. 115).

Os Observatórios Sociais, segundo Alborno e Herschmann (2006), possuem em comum a tarefa de supervisionar de maneira sistemática o desempenho de um

setor ou tópico específico. Eles geralmente se dedicam à coleta, registro e interpretação de dados, indicadores estatísticos, à criação de metodologias para codificação e categorização de informações, à promoção de conexões entre profissionais em áreas similares, bem como à vigilância e análise de tendências.

Nesse sentido, desde a análise dos dados financeiros realizada pode-se afirmar que, sobretudo a partir dos elevados valores envolvidos nos processos de compras públicas, é extremamente relevante a contribuição dos OSs no que se refere à economicidade. Ou seja, a colaboração dos OSs é inegável para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos. (GOULART; JEFERSON, 2019, p. 123).

A atuação dos Observatórios Sociais na Administração Pública desencadeia efeitos promissores na sociedade brasileira, fomentando a cidadania e consolidando a democracia. A redução de práticas ilícitas por parte dos governantes se traduz em aprimoramento na qualidade de vida dos cidadãos. O engajamento conjunto de voluntários nas políticas públicas, em conjunto com iniciativas de educação fiscal, amplia a participação ativa da população. Além disso, o aumento da competição entre empresas nas licitações resulta em uma expansão nas oportunidades de emprego para a população (SILVA FILHO, 2017).

De acordo com a perspectiva de Rigoni e Parra (2017), os Observatórios Sociais desempenham um papel crucial ao favorecer a transparência e garantir a correta aplicação dos recursos públicos, congregando entidades representativas da sociedade civil e voluntários em um contexto democrático e desvinculado de partidarismo. Conforme Menezes, Zuza e Archanjo (2018) em sua pesquisa, um dos seus entrevistados apontou a efetiva ação do OSB-Matinhos, ao protocolar exigências e medidas para suprir os Portais de Transparência do município de Matinhos-PR.

Com isso observamos que anos após a pesquisa de Menezes et al (2018), se obteve mais resultados de análises de editais e compras públicas, como nos relatou o entrevistado 1 que traz ainda uma certa dificuldade, mas ainda assim trouxe resultados positivos:

“Porque eles acabam tendo mais essa obrigação de transparência né, porque apesar de ter legislação quanto a isso, de ser uma coisa não muito comentada mas atual a transparência do poder público, eles deixam muito a desejar, então o observatório está sempre ali, sempre questionando, sempre pedindo, sempre solicitando informações e pelo que eu vejo, pelo menos na nossa cidade, com o nosso trabalho, o poder público de administração tem alimentado mais o portal da transparência e tem tornado os atos mais

públicos.”. (Entrevista nº 01 realizada com membro do Observatório Social de Matinhos em 27 de julho de 2022).

Conforme dados obtidos pelo OSB-Matinhos do ano de 2020, se visualiza na Tabela 1 onde se alcançou 94,62% de análise dos processos licitatórios, no qual chegou até a etapa das informações do certame.

Tabela 1: Resultados de Licitações e Contratos

ANO 2020 / TOTAL DE 93 LICITAÇÕES	
Editalis analisados	88
Valor máximo (R\$) proposto	R\$ 47.149.676,26
Valor licitado (R\$)	R\$ 29.272.466,84
Empresas que ganharam no município (R\$)	R\$ 9.776.539,12
Montante p/ fora do município (R\$)	R\$ 19.495.927,72

Fonte: Autor (2023).

O observatório social, ao realizar o monitoramento das licitações, gastos públicos, acompanhamento da produção legislativa e execução orçamentária, desempenha um papel fiscalizador que, por meio da transparência, contribui para inibir práticas ilícitas (ZANETTI, 2020).

A partir das experiências que foram realizadas no estágio no OS obtive acesso outros checklist como análise de edital e tomada de preço, que se estruturava com perguntas que colocava de acordo com os dispositivos legais, e com sua respectiva estrutura conforme demonstra a Quadro 3:

Quadro 3: Checklist análise de edital

Licitação	GRUPOS
PROCESSO	
EDITAL	Habilitação Jurídica
	Regularidade fiscal
	Qualificação técnica
	Qualificação econômico-financeira
	Disposições gerais
CONTRATO	
PROCEDIMENTOS PARA PAGAMENTOS	

Fonte: Autor (2023). Trata-se de documento do Observatório

Segundo o entrevistado 1 o poder de influência nas licitações do OS no município fez com que o município tomasse medidas criteriosas já no lançamento dos editais, não deixando faltar dispositivo legal das Leis de licitação. Além disso, ela afirmou que com certeza o Observatório consegue influenciar as licitações e fazer com que sejam mais seguras e corretas no âmbito municipal. (Entrevistado nº 01, entrevista com membro do Observatório Social de Matinhos realizada em 27 de julho de 2022).

“Não só no edital né, de todo o processo mesmo, do parecer jurídico, dos requerimentos, da minuta, dos contratos, dos empenhos, então, anterior ao trabalho do observatório eles não se importavam muito em colocar todo o processo, agora como a gente analisa principalmente esses itens eu percebo que eles colocam o processo na maioria das vezes por inteiro, essa gestão no começo deu uma balanceada, não sei se você já estava ou se você lembra, mas eles estavam bem demorados sim na implementação e a gente ainda está tendo algumas dificuldades, mas com certeza o trabalho do observatório eles tem colocado muito mais mesmo as informações no portal, e não só isso né, não só quanto adicionar as informações no portal, mas quanto a se atentar melhor aos quesitos da licitação, eu percebi também sabe ! ? que está bem completo como um todo, cada documento você percebe que eles estão dando uma maior atenção quanto ...” (Entrevista nº 01 realizada com membro do Observatório Social de Matinhos em 27 de Julho de 2022).

De acordo com Seixas e Banho (2021), os resultados encontrados em sua pesquisa revelam cortes significativos nos gastos com materiais de consumo e serviços contratados de pessoas jurídicas, sujeitos à supervisão das compras públicas por OSs. Essas economias podem atingir até 0,5% do PIB dos municípios. Adicionalmente, foi constatado efeitos distintos com base no tempo de operação dos OSs. Especificamente, OSs com maior experiência, ou seja, tempo prolongado de atuação, proporcionam economias mais expressivas.

Como nos relatou o entrevistado 3, no primeiro ano de atuação do Observatório na cidade ocorreu uma economia de mais de 5 milhões para o Município. Nas palavras dele:

Olha, eu não lembro de números relativos né, mas eu me recordo que o primeiro ano da administração, no primeiro ano nós chegamos a ter um impacto de redução, de economia na verdade, economia no município de mais de 5 milhões, isso no primeiro ano, nós fundamos o observatório na metade do ano, então foram praticamente 6 meses de trabalho, o segundo ano cara, faz um tempo já, mas eu lembro que foram mais de 10 milhões de redução, de custos de dinheiro. (Entrevista nº 03, realizada com membro do Observatório Social de Matinhos em 02 de setembro de 2022).

Além disso, o entrevistado destacou que o trabalho do Observatório é fundamental para combater a corrupção e melhorar os processos licitatórios. Ele citou o exemplo de uma licitação para a compra de ônibus no município, que era sigilosa e carecia de transparência. Sabia-se que esse processo resultaria em acordos entre a empresa X e interesses pessoais, beneficiando exclusivamente a empresa. Ao tomar conhecimento dessa situação, o Observatório impugnou medidas da licitação, resultando em reduções significativas de custos e promovendo uma concorrência mais saudável, com propostas melhores sendo apresentadas.

Entrevistado 2 também ressaltou que o principal impacto da atuação do Observatório é na economia e organização dos gastos públicos. Mencionou também seu importante papel para que as licitações sejam mais seguras, lembrando que antes do trabalho do Observatório elas eram presenciais (o que favorecia acordos e acertos) e atualmente são online. (Entrevista nº 2, realizada com membros do Observatório Social de Matinhos em 28 de julho de 2022).

Com a modalidade de pregões eletrônico(online), se observa que conforme o que o entrevistado informou, se encaixa perfeitamente como uma arma contra corrupção, pelo episódio de ser online e ter menos acordo presenciais, que não tem controle e monitoramento.⁵

Como nos relatou o entrevistado 1 é feito também o acompanhamento das verbas empregadas quanto a título de salário dos agentes públicos, dos funcionários e comissionados, também recebe denúncias que são encaminhadas à Diretoria e se for o caso aos órgãos responsáveis pela fiscalização e punição, como o Ministério Público e o Tribunal de Contas.

De acordo com Santos (2017), o Observatório Social tem como objetivo, por meio do controle social, promover aprimoramentos na gestão pública, incentivando práticas de cidadania e participação popular. Isso inclui o acompanhamento de licitações e ações voltadas para a educação fiscal.

Por fim, questionamos os entrevistados sobre os principais desafios e o que poderia ser aperfeiçoado no trabalho do Observatório. O entrevistado 01, afirmou que falta um pouco mais de publicidade para o Observatório de Matinhos e que alguns apoiadores, por questões de ordem pessoal e/ou política preferem manter muitos atos

⁵ Disponível em: <https://conlicitacao.com.br/namidia/pregao-eletronico-como-arma-contr-a-corrupcao/>

do Observatório em sigilo. Segundo ele, alguns casos precisam realmente de sigilo, mas em outros poderia ser mostrado mais o trabalho do Observatório e dada maior publicidade a ele (Entrevista nº 01 realizada com membro do Observatório Social de Matinhos em 27 de julho de 2022).

Conforme Zanetti et al (2020) a disseminação de dados e informações é um mecanismo atual que pode resolver em determinado contexto, através de divulgações, transmissão e transparência chegando a instituir o controle social junto à sociedade.

Como nos relatou o entrevistado 1, há uma certa dificuldade ainda em ser alimentado o portal da transparência:

“Claro que outras informações como, inclusive a implementação das leis, por exemplo a LOA (Lei Orçamentária Anual) não estava no portal esse ano foi complicado para pedir para eles colocarem, é uma coisa tão simples mas que para a gente tem muita importância, outra coisa é o acompanhamento das verbas empregadas quanto a título de salário dos agentes públicos dos funcionários, comissionados, enfim de todos eles, estava bem desatualizado é uma coisa que a gente preza para que eles sempre estejam atualizando, essa é a parte do portal da transparência”. (Entrevista nº 01 realizada com membro do Observatório Social de Matinhos em 27 de Julho de 2022).

Conforme Menezes et al (2018), a dificuldade ainda persiste até o ano dessa pesquisa no acesso a LOA (Lei de Orçamento Anual), um problema interno a administração do serviço público local, dificultando o acesso para acompanhamento de verbas do município.

A relação do OS com a administração pública da cidade é pouco relacionável, onde não se somam a Transparência, Potencialização de ações contra gastos públicos e trabalho em parceria (MENEZES; ZUZA; ARCHANJO, 2018).

O potencial da relação entre os Observatórios Sociais e as Controladorias municipais, para a qualificação das gestões municipais, é indiscutível. Se somassem esforços potencializariam suas ações, alcançando melhores resultados em termos de controle dos gastos públicos. Porém, há indícios de que ambos os lados estão despreparados para o trabalho em parceria. Se, por um lado, a Controladoria parece não ter incorporado os princípios que lhe deram origem (princípios trazidos na Constituição de 1988 e regulamentados nas leis de transparência e de acesso à informação), o Observatório Social também se equivoca quando, por exemplo, desafia as pessoas que detêm cargos públicos, ou mesmo quando danifica uma tampa de bueiro fazendo com ela um “teste” não autorizado. (MENEZES; ZUZA; ARCHANJO, 2018, p. 118-119).

Segundo Goulart et al (2019), foi feita uma análise de 20 OS, a qual obtinham ações realizadas por elas conforme Tabela 2 a seguir:

Tabela 2: Ações não financeiras realizadas pelos Observatórios Sociais do Sul do Brasil: atividade e frequência

NÚMERO DE OS	AÇÕES REALIZADAS
8	Acompanhar as licitações.
8	Reunir com agentes públicos e servidores.
7	Disseminar o controle social (palestras, cursos e capacitações).
4	Acompanhar as diárias (Legislativo e Executivo).
3	-Acompanhar a provação dos projetos de lei. -Acompanhar a entrega de produtos (saúde, educação). -Participar de capacitações.
2	-Informar sobre licitações (empresários). -Sugerir melhoramento nos serviços públicos. -Participar das reuniões dos conselhos municipais (saúde, educação, etc.). -Acompanhar a execução de serviços. -Acompanhar a assiduidade dos vereadores. -Participar nas audiências públicas.
1	-Solicitar informações de produtos em estoque (medicamentos). -Verificar a aplicação dos recursos constitucionais em saúde e educação. -Encaminhar denúncias ao Ministério Público. -Acompanhar a execução das obras. -Reunir com outros observatórios. -Solicitar informações.
1	Nenhuma ação realizada.

Fonte: Goulart et al (2019).

Conforme apresentado a Tabela 2, vemos uma certa semelhança aos desafios trazidos pelos entrevistados:

“então assim, nós temos uma limitação, são quantos itens que vão para licitação da prefeitura, quantos itens chegam diariamente ou mensalmente ou semanalmente por exemplo da prefeitura, medicamentos, equipamentos escolares, são várias pastas e assim, é impossível a gente conseguir atender todas essas demandas, nosso problema hoje não seria do observatório interno em si mas se tivéssemos mais o apoio da população ou mais mantenedores que pudessem ajudar, mais pessoas para observatório, acho que nós teríamos uma solução mais efetiva para poder englobar melhor,”. (Entrevista nº 03 realizada com membro do Observatório Social de Matinhos em 02 de setembro de 2022).

Com base em dados aqui representados denotamos na Tabela 1 que a maioria dos OBS não tem uma efetiva entrega de ações, deixando assim muitas etapas a qual seria fundamental para acompanhamento dos contratos de empresas com órgão público, deixando muita vazão de dados para o exercício de empenhos, assim também como verifiquei por experiência própria a falta de monitoria após o certame,

que seriam acompanhar contratos de início a fim de seu vencimento, onde durante esse período podem ocorrer várias irregularidades.

Para o entrevistado 2, o maior problema do Observatório hoje em dia é a falta de capacitação de verbas, pois para funcionar ele depende, de mentores para pagar os custos, já que todos que trabalham no Observatório são, voluntários. Ele relatou que atualmente o Observatório conta com a ajuda financeira de várias empresas, mas ninguém sabe quem são, pois, a informação é sigilosa, para que essas empresas não sofram perseguições. (Entrevista nº 02 realizada com membro do Observatório Social de Matinhos em 28 de julho de 2022).

Na visão do entrevistado 3, o maior problema hoje também, é a limitante financeira porque vários mantenedores ajudam o Observatório financeiramente, e seria importante que tivesse mais apoio da população e mais mantenedores que pudessem ajudar. (Entrevista nº 03 realizada com membro do Observatório Social de Matinhos em 02 de setembro de 2022).

“Olha, pelo tamanho da instituição, por ser uma instituição sem fins lucrativos, que única pessoa remunerada sou eu, o resto é tudo voluntario, todos trabalham ali conforme o seu tempo, eu vou te dizer que é até que são organizados, eles conseguem dar conta de uma maneira bem legal, eu não vou saber te dizer agora, queria que pensar muito mais, para te falar o que está errado.” (Entrevista nº 01 realizada com membro do Observatório Social de Matinhos em 27 de Julho de 2022).

Quando foi falado de maiores problemas no OBS-Matinhos, se observou que todos os desafios levavam a verbas para se manter, mesmo o OS sendo uma instituição sem fins lucrativos necessita de mantenedores e verbas para que se possa desempenhar o máximo, pois por se tratar de uma máquina em que necessita de voluntários, quase ninguém participaria a fazer esse tipo de controle voluntariamente sem remuneração.

Muitos voluntários se abstêm de ganhar algo em troca e faz pela causa social como deixa claro o entrevistado 3.

“A minha motivação é buscar fazer o diferencial, por quê? Nós estamos acostumados a ver só as pessoas reclamar da política, só reclamar dos roubos, só reclamar da corrupção entendeu!? Mas ninguém toma uma atitude de ir lá e não, eu vou vestir a camisa, eu vou participar, por exemplo, a câmara dos vereadores, toda segunda feira ele tem a reunião deles lá, a população não vai lá, ela está aberta ao público para vê no que eles estão votando, o que estão discutindo para cobrar deles, mas a população não faz isso entendeu? Mas todo mundo reclama, a votou em um negócio que eu não concordava ou algo do gênero, existe corrupção, todo

mundo reclama disso, então assim, o que eu tomei a decisão, eu vou fazer a minha parte então no que eu puder ajudar a contribuir eu vou participar, o que me fez entrar no observatório foi isso, é sair do espectador e ficar lá, só assistindo e reclamando como todo mundo faz, e vestir a camisa e fazer, pelo menos assim. Não conseguimos atingir com nível macro de estado e país mas pelo menos no nosso município nós vamos conseguir reduzir um pouco da corrupção e saber o que acontece” (Entrevista nº 03 realizada com membro do Observatório Social de Matinhos em 02 de setembro de 2022).

O estudo destacou limitações na participação voluntária dos cidadãos, mas indicou que essa dinâmica muda à medida que a conscientização sobre a importância da democracia participativa e representativa aumenta. Percebe-se que os participantes podem assegurar a sustentabilidade das ações do setor público, gerando compromissos para os gestores e promovendo o controle social, contribuindo para a transparência nas finanças públicas (ZANETTI et al, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar esta pesquisa dedicada ao Observatório Social de Matinhos, emerge uma compreensão mais profunda da sua relevância e impacto na comunidade local. Os resultados obtidos revelam uma série de elementos intrínsecos que delineiam não apenas a efetividade do Observatório, mas também os desafios que delineiam seu caminho e as possíveis melhorias para consolidar sua posição como um instrumento crucial no fortalecimento da governança pública.

Quando perguntado a quantidade de horas de trabalho dos voluntários, os entrevistados 1 e 2 responderam ser flexíveis quanto a isso até por conta de ser um trabalho voluntário, praticamente todos tirando a coordenadora não são remunerados. Assim maioria sendo dependentes de suas fontes de renda externa ao OS.

Os impactos positivos se desdobram em várias dimensões. A análise minuciosa das verbas públicas e sua influência nas licitações demonstram a significativa contribuição do Observatório para a fiscalização eficiente dos recursos destinados à região. As entrevistas conduzidas fornecem uma panorâmica envolvente, ressaltando a importância do Observatório na promoção da participação popular e na implementação de medidas eficazes contra práticas corruptas.

No entanto, à medida que celebramos esses êxitos, é imperativo confrontar os desafios intrínsecos. A busca pela excelência demanda uma abordagem proativa na identificação e resolução de obstáculos. Nesse contexto, destacando a necessidade

de aprimorar a divulgação e publicidade do Observatório. A implementação de medidas que otimizem a comunicação com a comunidade pode assegurar a continuidade do engajamento e da participação ativa.

A transparência, propiciada pelo Observatório Social de Matinhos, transcende o âmbito econômico, moldando a base de uma sociedade mais justa. A interseção entre a efetividade na gestão das verbas públicas, o estímulo à economia local e a promoção de práticas éticas consolida o Observatório como um agente catalisador do desenvolvimento sustentável.

Concluimos, portanto, que o Observatório Social de Matinhos não apenas cumpre, mas excede sua missão inicial. É vital que as considerações aqui apresentadas sirvam como um guia para futuras ações, incentivando a superação dos desafios identificados. Ao manter o compromisso com a transparência, participação e eficiência, o Observatório continuará a ser um pilar fundamental na construção de uma comunidade resiliente e orientada para o bem comum.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. São Paulo: Método, 2019.

AUVES, M. D. *Transparência e Controle Social no Acompanhamento da Aplicação de Recursos Públicos do Observatório Social (O.S.)*. Brasília, 2015.

ALBORNOZ, L. A.; HERSHMANN, M. Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória. E-compós, *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, v. 7, p. 1-20, dez. 2006.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988). Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%c3%a7ao.htm

CALDAS, O. V., COSTA, C. M. & PAGLIARUSSI, M. S. Corrupção e composição dos gastos governamentais: evidências a partir do Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos da Controladoria-Geral da União. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 237–264, 2016.

FRANÇA, P. G. *Controle da administração pública*. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

FIGUEIREDO, V. S.; DOS SANTOS, W. J. L. Transparência e controle social na administração pública. *Temas de Administração Pública*, v. 8, n. 1, 2013.

GIL, Antonio C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 7ª edição: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597020991. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/>. Acesso em: 08 mai. 2023.

GOULART, J. L., TROIAN, A., & QUISPE, J. N. Observatórios Sociais e sua Importância para a Gestão Pública na Região Sul do Brasil. *Desenvolvimento em Questão*, v. 18, n. 51, p. 113–128, 2020.

HOFFMANN; Kelin; CAMARGO, Bruna; ZANATTA, Jocias. Atuação do observatório social no município de Santa Maria\RS. *Cadernos de ciências sociais aplicadas*, v. 18, n. 32, jul./dez. 2021.

MENEZES, E. C. O ET. AL. *Accountability* social em debate: estudo da trajetória, ações e resultados de um observatório social do litoral do Paraná. *Revista de Gestão Pública*. v. 12, n. 2. 2020.

MENEZES, Elaine; ZUZA, Maria Rachel; ARCHANJO, Daniela. Participação e accountability social: estudo a partir da experiência de dois observatórios sociais do litoral do Paraná. *RPPR*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan./abr. p. 101 – 124, 2018.

NOHARA, Irene. *Direito Administrativo*. Disponível em: Minha Biblioteca, (11th edição). Grupo GEN, 2022.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL – MATINHOS – PR. Estatuto Social – Cap. I ART.1º. 22 mar. 2016.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE MATINHOS. Estatuto Social do Observatório Social de Matinhos. Matinhos: [s.n.], 2016. (Mimeo)

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL. Disponível em: <https://osbrasil.org.br/o-que-e-o-observatorio-social-do-brasil-osb/>. Acesso em 06 maio. 2023

PÉREZ, L. G.; NASSIF, M. E. Fatores de influência na avaliação dos observatórios sociais do Brasil sob a perspectiva da gestão da informação. *Revista Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 27, n. 3, p. 31-48, set./dez. 2017.

PIETRO, M. S. Z D. *Direito Administrativo*. Disponível em: Minha Biblioteca, (36th edição). Grupo GEN, 2023.

PINHO, J. A. G; SACRAMENTO, A. R. S. *Accountability*: já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública – RAP*, Rio de Janeiro 43(6):1343-1368, nov./dez. 2009.

RICHARDSON, Roberto J. *Pesquisa Social - Métodos e Técnicas*, 4ª edição. Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597013948. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013948/>. Acesso em: 08 mai. 2023.

RIGONI, A. B.; PARRA, P. *A transparência como ferramenta de controle social*. 2017. Disponível em: <http://osbrasil.org.br/artigos-e-monografias/>.

SANTOS, G. A. dos. *Observatório social e o controle cidadão da gestão pública*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2017.

SCHOMMER, P. C; NUNES, J. T.; MORAES, R. L. *Accountability, controle social e coprodução do bem público: a atuação de vinte observatórios sociais brasileiros voltados à cidadania e à educação fiscal*. Brasília: EAGU, Ano IV, n. 18, maio./2012. p. 229-58.

SEIXAS, R, N; BANHOS, M, S. Controle Social da Administração Pública por Agentes Privados: Avaliando o impacto dos Observatórios Sociais nas despesas dos Municípios do Paraná. *Economia Aplicada*, v. 25, n. 1, p. 93-114, 2021.

SILVA FILHO, J. B. da. *A eficiência do controle social nas licitações e contratos administrativos*. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ZANETTI, J; BONZANIMI. O. A.; FERREIRA, M. M. Transparência e Controle Social na era da informação: Atuação e contribuição dos observatórios sociais do Brasil. *RTIC – Revista de Tecnologia, Informação e Comunicação*, p. 15-26, 2020.